

A reconstrução social da memória e da história, um estudo etnográfico sobre Pedro Velho - RN

Gilmara Benevides Costa

Historiadora – UFRN

Mestre em Antropologia – UFPE

g_babirush@yahoo.com.br

1. INTRODUÇÃO: A MEMÓRIA COMO TEIA DA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA

Em meados da década de 1920, Maurice Halbwachs escreveu sobre a ‘memória coletiva’, propondo uma versão daquilo que seria retomado como ‘construção social do conhecimento’ anos depois. Suas contribuições teóricas sobre a natureza social estiveram obscurecidas por um longo período e tiveram de esperar a ‘virada cultural’ dos anos 70 e a década de 80 para serem só então voltarem a ser assunto de debate intelectual:

“Para entender o universo de preocupações de Halbwachs é preciso situá-lo na tradição da sociologia francesa, de que ele é um herdeiro admirável. Halbwachs prolonga os estudos de Émile Durkheim que levaram à pesquisa de campo as hipóteses de Auguste Comte sobre a precedência do ‘fato social’ e do ‘sistema social’ sobre fenômenos de ordem psicológica, individual” (BOSI, 1979:16).

Ao abraçar o campo da memória, Halbwachs rompe com a idéia de memória como sobrevivência de um passado ‘conservado’ em cada ser humano aflorando à consciência na forma de imagens-lembrança, presente nos sonhos e devaneios (BOSI, 1979:15). Ele parte da tese de que não existe a memória interior de uma pessoa que armazena e recorda suas próprias experiências ao longo do tempo, mas que “toda lembrança significativa é um processo socialmente condicionado de reconstrução que se apóia na estrutura social de relíquias culturais e rituais de comunicação de um dado grupo no presente” (NIETHAMMER, 1997:128).

“A mudança de visada se dá na própria formulação do objeto a ser apreendido: Halbwachs não vai estudar a memória, como tal, mas os

‘quadros sociais da memória’. Nessa linha de pesquisa, as relações a serem determinadas já não ficarão adstritas ao mundo da pessoa (relação entre o corpo e o espírito, por exemplo), mas perseguirão a realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de convívio e os grupos de referência peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1979:17).

Por sua vez, a noção de ‘identidade’ começou a ser usada como palavra-chave na sociologia a partir dos anos 50, foi nos anos 1980 que passou a ser interpretado sob um aspecto específico: ‘identidade cultural’, um direito básico de se separar em culturas diferentes:

“Identidade parece ser um exemplo bastante proeminente do que veio a se chamar de palavras plásticas, que possibilitam o intercâmbio entre os meios de comunicação e a sociedade de especialistas por meio de um jargão aparentemente científico que extrai todo o significado e a especificidade da experiência” (NIETHAMMER, 1997:120).

Desde os anos 80, o termo ‘identidade coletiva’ se espalhou sem ter uma precisão terminológica, ela foi inserida no contexto da política e da cultura por intelectuais que o aproximaram da lógica filosófica.

“A noção de identidade, que rompe com as dicotomias entre indivíduos e sociedade, passado e presente, bem como entre ciência e prática social, está tão associada à idéia de memória como esta última à primeira. O sentido de continuidade e permanência presente em um indivíduo ou grupo social ao longo do tempo depende tanto do que é lembrado, quanto o que é lembrado depende da identidade de quem lembra. Da mesma forma que a identidade, a memória também deixou de ser pensada como um atributo estritamente individual, passando a ser considerada como parte de um processo social (...) A memória deixou, portanto, de ser considerada como fenômeno individual, passando a elemento constitutivo do processo de construção de identidades coletivas” (SANTOS, 1998:2).

À ‘identidade’ aproximam-se então as questões sobre memória, pois ambos possuem como motivação a capacidade de ‘lembança’:

“A interpretação social que Halbwachs dá da capacidade de lembrar é radical. Entenda-se que não se trata apenas de um condicionamento externo de um fenômeno interno, isto é, não se trata de um justaposição de ‘quadros sociais’ e ‘imagens evocadas’. Mais do que isso, entende que já no interior da lembrança, no cerne da imagem evocada, trabalham noções gerais, veiculadas pela linguagem, logo, de filiação institucional. É graças ao caráter objetivo, transubjetivo, dessa noções gerais que as imagens resistem e se transformam em lembranças” (BOSI, 1979:22).

“Isto significa que lembrança não é uma questão de experiência própria de alguém ou de tempo, mas de espaço social em sua especificidade, mais dependente de símbolos, relíquias e tabus da estrutura social do presente e que da narração das coisas passadas ou históricas. A lembrança reconstrói, assim, uma visão de um passado significativo computando partículas insignificantes da própria memória do indivíduo com os símbolos e as estruturas comunicativas importantes no grupo social ao qual pertence e, com isso cria a ‘sensação de identidade’, que é identidade social desde o início” (NIETHAMMER, 1997:129).

A afirmação central sobre a ‘memória coletiva’ a ser defendida aqui refere-se à construção da ‘identidade coletiva’, sobretudo da construção social de uma ‘identidade cultural’. Para isso, será necessário interpretar o exemplo das práticas culturais que estão em processo no município de Pedro Velho como reconstrução social do passado. Dessa forma, as lembranças são compreendidas como peças de um contexto social, pois se relacionam com o tempo e o espaço. É preciso ressaltar o caráter social da memória, ainda que pareçam estritamente individuais, pois as lembranças relacionam-se com a vida material e moral das sociedades: se as lembranças relacionam-se ao passado e ao presente, aquilo enfim que nos contém e que nos é anterior:

“... a memória é adquirida à medida que o indivíduo toma como suas as lembranças do grupo com o qual se relaciona: há um processo de

apropriação de representações coletivas por parte do indivíduo em interação com outros indivíduos (...) Não se pode eliminar a importância do ator que reconstrói seu passado, nem considerar construções coletivas como autônomas, mas, sim, negar ao indivíduo, ao inconsciente ou à natureza humana independência em relação à sociedade” (SANTOS, 1998:6).

Em contraposição à história, caberia à memória conscientizar sobre as semelhanças ao longo do tempo. É a memória que faz com que, no momento em que um grupo volta o olhar para o seu passado, possa sentir que permaneceu o mesmo e consiga se conscientizar de sua ‘identidade’ preservada ao longo do tempo. Para compreender o passado, seria necessária então compreender as motivações de mudança sentidas no presente:

“A experiência da releitura é apenas um exemplo, entre muitos, da dificuldade, senão da impossibilidade, de reviver o passado tal e qual; impossibilidade que todo sujeito que lembra tem em comum com o historiador. Para este também se coloca como meta ideal de refazer, no discurso presente, acontecimentos pretéritos (...) Posto o limite fatal que o tempo impõe ao historiador, não lhe resta senão reconstruir, no que lhe for possível, a fisionomia dos acontecimentos. Nesse esforço exerce um papel condicionante todo o conjunto de noções presentes que, involuntariamente, nos obriga a avaliar (logo, a alterar) o conteúdo das memórias” (BOSI, 1979: 21).

Ao reconstruir a relação entre tempo e memória a partir da ‘memória coletiva’, é a partir de suas representações que os indivíduos percebem o passado, ao passo que conseguem ‘negociá-lo’ com a história. A história é uma compilação dos fatos que ocupam o maior espaço na memória humana e um dos seus objetivos pode ser exatamente o de “lançar uma ponte entre o passado e o presente, e restabelecer essa continuidade interrompida. Porém, como recriar correntes de pensamento coletivo que tomam impulso no passado, quando só podemos tratar do presente?” (HALBWACHS, 1990:81).

“Acredito que não precisamos operar com esta distinção entre história e memória, uma vez que tanto o estudo de memórias coletivas pode ser compreendido como histórico, pois sempre há um grau de arbitrariedade

na abordagem das redes de sociabilidade, como abordagens históricas podem ser legitimadas apesar do caráter arbitrário e impessoal de suas interpretações, uma vez que qualquer atividade interpretativa reflete não apenas o presente, mas também as heranças do passado que convivem e determinam o presente. É imprescindível lidarmos com a impossibilidade de uma abordagem científica resgatar o tempo real e, a partir daí, aprendermos a respeitar os limites de cada abordagem teórica. Se indivíduos sempre constroem seu passado de acordo com preocupações e situações estabelecidas no presente, isto não quer dizer que este presente não contenha experiências ou traços do passado incapazes de serem percebidos em sua totalidade” (SANTOS, 1998:10).

É possível *reconstruir* o passado através das narrativas que recontem histórias tradicionais de uma maneira nova, auxiliadas pela história institucionalizada do presente, a pesquisa histórica tenta mostrar que essas histórias são apenas parcialmente verdadeiras, ou então falsas, subsidiadas por relíquias do passado que estavam inconscientes na memória viva. “Assim, recordar de forma histórica é uma tarefa dupla – tradicional e crítica ao mesmo tempo -, sendo assim ultrapassa em muito os conceitos de memória e identidade de Halbwachs” (NIETHAMMER, 1997:130).

2. A RECONSTRUÇÃO SOCIAL DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA EM PEDRO VELHO-RN

O município de Pedro Velho está situado na região agreste potiguar, inserido na microrregião do litoral sul, e tem aproximadamente 181 Km² ocupados por 13.490 habitantes que em sua maioria vive: a) da agricultura de subsistência agrícola e da pecuária; b) do serviço público que paga baixos salários; c) de pequenos pontos comerciais como mercearias, farmácias e lojas; e d) da prestação de serviços. Durante as entrevistas realizadas no trabalho de campo, que ocorreu durante seis meses, entre 2002 e 2003, muitas pessoas disseram acreditar no imenso potencial turístico do município. Em sua maioria, as pessoas entrevistadas se mostraram interessadas na criação de ‘políticas culturais’ que favoreçam o turismo cultural, religioso e ecológico local.

Durante o tempo em que estive em Pedro Velho, tratei de etnografar as mudanças sócio-culturais locais, quando percebi que algumas pessoas do lugar especulavam sobre o processo de tombamento da casa do artista popular Chico Antônio, no sítio Porteiros, valorizando

sua atuação a ponto de idealizarem a criação de um *Centro de Memória*. Ao mesmo tempo, o nome do político republicano Pedro Velho é completamente rejeitado pelas pessoas do município. A princípio acreditei que a resposta estaria na história local, mas foi durante toda a pesquisa de campo que percebi como a memória coletiva constrói significativamente a história do lugar.

2.1 Um exercício historiográfico: o papel de Pedro Velho na história cultural do RN

Em 1835, o governo imperial brasileiro iniciou a cessão de cartas que privilegiavam a construção de estradas de ferro. Dezenove anos mais tarde, a primeira linha ligaria duas cidades no Estado do Rio de Janeiro, que desde 1822 foi elevado ao posto de sede do Governo: a Baía da Guanabara a Petrópolis. No ano de 1883, os trilhos da linha férrea ligaram as cidades de Nova Cruz a Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, uma distância de aproximadamente 100km, passando ao longo das margens do rio Curimataú. Em território outrora habitado por índios paiaguaias, os Afonsos¹ fundaram na margem esquerda do rio Curimataú, o povoado de Cuitezeiras. Erigiram uma capela em honra de Santa Rita de Cássia, em torno da qual se edificaram as primeiras moradias. A capela foi benta em 1862. O povoado tinha, então, 30 fazendas de criação de gado, 2 engenhos de açúcar e 2 descarçadores de algodão.

O sítio Cuitezeiras ficava à margem esquerda do rio Cunhaú ou Curimataú², que era conhecido com local de repouso para os comboios de animais abastecidos de algodão, açúcar e farinha, postos para descansar sob as árvores de Coités (*Crescentia cujete*, Lin.). Cuités são árvores bastante comuns na região agreste do Nordeste do Brasil, das quais são retirados os cabaços, de uso múltiplo e secular entre os utensílios domésticos herdados dos indígenas.³ Na terceira década do século XIX Cláudio José da Piedade comprou o sítio que pertencia ao município de Canguaretama, crescendo em torno uma Vila com trinta fazendas de criação de gado, dois engenhos de açúcar e dois descarçadores de algodão, seus primeiros edifícios foram o mercado, a capela de Santa Rita e o cemitério. No ano de 1882 os trilhos da linha férrea ligavam o sítio Cuitezeiras à capital da província.

Na madrugada do dia 14 de maio de 1901 o rio Curimataú transbordou levando a vila de Cuitezeiras, deixando apenas a capela de Santa Luzia. As primeiras casas destruídas pela enchente seriam reconstruídas a dois quilômetros da Vila anterior, em terras doadas pelo irmão de Pedro Velho, Fabrício de Albuquerque Maranhão, erigindo os alicerces da Vila Nova de

Cuitezeiras. Seguindo uma tendência política nacional, foi instaurado o regime republicano instaurado no Estado do Rio Grande do Norte em 1889, um ano depois seria criado a 30 de março o Clube Republicano do Rio Grande do Norte, que ganhou adeptos na pequena localidade de Vila Nova de Cuitezeiras.

Após a enchente, a Vila retomaria seu crescimento até ser elevada à categoria de Município em 1908, quando os sócios do clube republicano regional viram na indicação do nome do então ex-Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão – morto em dezembro de 1907, uma forma de homenagem. Na época, Pedro Velho era o ápice da expressão republicana dominadora na política norte-riograndense, apesar de nenhuma ligação, material ou moral, existir entre ele e a incipiente Vila a não ser o laço familiar com o doador de terras. Aos correligionários e saudosistas, atribuir o nome de Pedro Velho a mais nova vila era a solução lógica e emocional, o que fez desaparecer o nome de Vila Nova de Cuitezeiras dos documentos, fazendo surgir em seu lugar Pedro Velho, em demonstração de recusa ao novo nome, as pessoas continuaram a chamar a localidade de Vila Nova (CASCUDO, 1968:233).

Pedro Velho de Albuquerque Maranhão nasceu no dia 27 de novembro de 1856 em Natal, aos dezoito anos matriculou-se na Faculdade de Medicina da Bahia, porém contraiu uma moléstia repentina que o fez abandonar o curso no quarto semestre, sendo então enviado às pressas pela família para curar-se na Europa. De volta ao Brasil procurou retomar os estudos, pedindo transferência para a Faculdade do Rio de Janeiro, onde estudou com os ‘melhores nomes’ da Medicina, seguindo enfim a carreira de Cardiologista. Defendeu sua tese de 133 páginas sobre as “Condições Patogênicas das Palpitações do Coração e dos Meios de Combatê-las” no dia 4 de abril de 1881. Neste mesmo ano voltou ao Rio Grande do Norte para se instalar em Natal, na rua Visconde do Rio Branco número 55. No centro da cidade, no bairro da Ribeira, montou seu consultório e ali atendia desde as onze horas da manhã até as quinze horas da tarde.

De acordo com Luiz da Câmara Cascudo, Pedro Velho consultava gratuitamente os pobres, além de atender aos chamados por escrito a qualquer hora, tornando-se assim um dos médicos mais procurados “nos últimos anos do Império e princípios da República” (CASCUDO, 1977:63). Cascudo retrata Pedro Velho num artigo de jornal escrito em 1943 como um humanista interessado na História, Geografia, Economia, Sociologia, Antropologia e Etnografia do Rio Grande do Norte, a quem a política absorveu totalmente, apagando-lhe a fama de médico, “feita com esforço, dedicação e saber” (CASCUDO, 1977:62).

Ligado pelo laço consanguíneo ao donatário da capitania de Pernambuco, Jerônimo de Albuquerque Maranhão e ao revolucionário André de Albuquerque Maranhão, Pedro Velho seria

um dos mantenedores do poder nas mãos de uma oligarquia, cuja influência política e econômica se estendeu a todo o Nordeste:

“A oligarquia política norte-rio-grandense teve início com a família Albuquerque Maranhão que governou o Estado, durante o período de 26 anos (...) Pedro Velho foi o primeiro governador republicano, quem elegeu o irmão por duas vezes e genro, além de outros familiares” (LIMA, 1986:9).

Na historiografia potiguar, Pedro Velho é um defensor da causa abolicionista, filiado à Sociedade Libertadora Norte-rio-grandense⁴, sua atuação pública como fundador do Partido Republicano do Rio Grande do Norte lhe rendeu sete mandatos em cargos políticos entre 1889 e 1907⁵, transformando-o no “chefe político mais poderoso de sua época” (MELO, 1976:79). Construiu na própria casa o jornal *A República*⁶, o porta-voz do Partido Republicano no Rio Grande do Norte. O organizador do Estado Republicano ocupava a cadeira número 15 da Academia Norte-rio-Grandense de Letras, “tinha pavor à morte, dificilmente procurava algum colega, não gostava de tomar remédios (...) Era um homem sensível, emocional, generoso [que] abusara do coração, dividindo-o pelos que tinham fome e sede [sic] de justiça...” (CASCUDO, 1977:63). Ia viajar para tratar-se no Rio de Janeiro, mas faleceu ainda na cabine do navio *Brasil*, no porto de Recife, a morte teria sido causada pela ruptura de um aneurisma (MELO, 1976:79).

Seu cadáver voltou embalsamado para Natal em 1907, a figura máxima do chefe voltou desfigurada devido aos processos primários de conservação do cadáver, o corpo chegou irreconhecível a seu destino. A ‘visão apavorante’ do defunto impressionou o menino Cascudo, na época aos nove anos de idade, filho do ex-Tenente do Batalhão de Segurança nomeado durante o governo de Pedro Velho, em 1892. Em suas memórias, já octogenário, Cascudo descreveu aquele momento diante do féretro de Pedro Velho:

“Enrolado na casaca, já úmida, a face de cera amassada, moldada ao sabor da Morte e não mais no figurino habitual da continuidade sedutora, sem os óculos espelhantes, cabelos e bigodes esparsos, ralos e rasos, era outra personalidade, despedida do mundo, votada às sombras que não voltam (...) Tentei fechar os olhos para afastar a visão apavorante, esperando o fantasma afugentador do meu sono infantil” (CASCUDO, 1998:53).

Para as comemorações de seu centenário em 1956, a convite do Governador do Estado, Sílvio Piza Pedroza – sobrinho-neto de Pedro Velho, Cascudo escreveu e publicou dois livros: *A Antologia de Pedro Velho* e *Vida de Pedro Velho*. Quando vivo já havia ruas com seu nome em alguns municípios do Estado, inclusive em Natal. O regime instaurado em 1889 seguia o modelo norte americano, republicano liberal que surgira como uma revolução democrática, porém não contou com a participação popular e quase nada foi realmente transformado, o domínio oligárquico continuaria tendo como base uma extensa rede de relações de parentesco ligados à estrutura agrária. O patriarca local era o fazendeiro ou senhor de engenho e os chefes políticos regionais recebiam o título de Major ou Coronel da Guarda Nacional “verdadeiro exército de reserva que era mobilizado em casos de guerra ou ‘desordem social’” (LIMA, 1986:19).

2.2 Um exercício etnográfico: a memória de Pedro Velho na construção cultural do lugar

De acordo com Cascudo (1968) atribuir o nome de Pedro Velho à mais nova vila do Estado foi uma solução “emocional e lógica”, criada pelos correligionários saudosistas, mas a atitude política fez desaparecer o nome dado pelos próprios habitantes: Vila Nova de Cuitezeiras foi banida dos documentos oficiais, fazendo surgir em seu lugar o nome de Pedro Velho. Em demonstração de recusa ao novo nome, pude perceber durante o período de observação participante feita entre os meses de dezembro de 2002 e julho de 2003, que as pessoas continuam chamando a localidade pelo nome de Vila Nova de Cuitezeiras, apesar de reconhecerem oficialmente o nome de Pedro Velho, o que confirma o que havia descrito o memorialista potiguar:

“Aos correligionários saudosos e gratos, seu nome, fazendo desaparecer Vila Nova, era a solução emocional e lógica. Vila Nova não possuía ainda uma tradição toponímica. Assim ficou Pedro Velho. Mas a freguesia continuou Vila Nova” (CASCUDO, 1968:233)⁷.

Algumas pessoas defendem a mudança de nome do município, que deixaria de ser Pedro Velho para voltar para seu nome ‘antigo’: Vila Nova de Cuitezeiras. Para um vereador pedrovelhense, que afirma estar defendendo um projeto de Lei tramitando na Câmara para a modificação, nem mesmo o fato de Pedro Velho ter sido um político de destaque no Estado do Rio

Grande do Norte serve como pretexto para a permanência de seu nome. Aliás, pesa muito mais contra ele o fato de não ser um ‘filho da terra’ ou seja, de não ter nascido naquele município:

“Eu pedi um requerimento, que por sinal ainda falta entrar o nome de Vila de Cuitezeiras. O nome certo é Cuitezeiras, mas a população mesmo torce pra voltar a ser Vila Nova. Outras pessoas tentaram mudar o nome antes, ele entrou com uma ação porque na visão dele é ideal o nome original, Vila Nova. Pedro Velho não tem nada a ver com esse governador. Por que Pedro Velho? A definição será dada após plebiscito, de acordo com a mudança de nomes aceita pela população e indicada”.

Mas ao contrário do que disse o vereador, de acordo com um pesquisador da ‘história local’, o ‘verdadeiro’ motivo pelos quais seus conterrâneos querem mudar o nome da cidade tem relação com uma ‘superstição’ espalhada por aqueles que desconhecem as motivações políticas reservadas à própria ‘história local’:

“Sobre a idéia de mudar o nome do município, não tem nada legalmente tramitando na Câmara. Pra ser sincero, eu gosto do nome Pedro Velho. As pessoas querem que troque porque tem uma lenda que ele morreu em Recife e passou morto por aqui, quando chegou aqui o trem descarrilhou, o ataúde caiu e acham que o nome de Pedro Velho é por conta disso, não sabem o motivo real. Historicamente eu defendo Pedro Velho”.

Durante a pesquisa de campo, percebi que algumas pessoas defendem a mudança de nome do município, que deixaria de ser Pedro Velho para voltar para seu nome ‘antigo’ Vila Nova de Cuitezeiras. Para o vereador pedrovelhense ‘Juarez’(, que afirma estar defendendo um projeto de Lei tramitando na Câmara para sua modificação, o fato de Pedro Velho ter sido um político de destaque no Estado do Rio Grande do Norte não legitima sua permanência. Aliás, pesa muito mais contra ele o fato de não ser um ‘filho da terra’, ou seja, de não ter nascido naquele município:

“Eu pedi um requerimento, que por sinal ainda falta entrar o nome de Vila de Cuitezeiras. O nome certo é Cuitezeiras, mas a população mesmo torce pra voltar a ser Vila Nova de Cuitezeiras. Outras pessoas tentaram

mudar o nome antes... Por quê Pedro Velho? A definição vai ser dada no plebiscito...” (‘Juarez’, Pedro Velho, maio de 2003).

Ao contrário do que disse o vereador, o pesquisador local Carlos Coelho acredita que o ‘verdadeiro’ motivo pelo quais seus conterrâneos querem mudar o nome da cidade tem relação apenas a uma ‘superstição’, espalhada por pessoas que desconhecem as motivações políticas reservadas à própria ‘história local’⁷ :

“Sobre a idéia de mudar o nome do município, não tem nada legalmente tramitando na Câmara. Pra ser sincero, eu gosto do nome Pedro Velho. As pessoas querem que troque porque tem uma lenda que ele morreu em Recife e passou morto por aqui, quando chegou aqui o trem descarrilhou, o ataúde caiu e acham que o nome de Pedro Velho é por conta disso, não sabem o motivo real. Historicamente eu defendo Pedro Velho” (Carlos Coelho, Pedro Velho, maio de 2003).

O município de Pedro Velho é potencialmente rico para o desenvolvimento do turismo ecológico no agreste, além de ser um dos poucos em todo o Estado do Rio Grande do Norte que conta com o mínimo de espaços culturais: a) o Centro Cultural Municipal Genar Bezerril dotado de uma sala de cinema b) Aquários Casa Show que comporta até mil pessoas c) o Espaço do Povo espécie de anfiteatro com lugar para aparelho de televisão e cadeiras d) o Terminal Turístico do Agreste, também conhecido por ‘balneário’, para onde as pessoas de Pedro Velho e localidades circunvizinhas levam a família para tomar banho num braço das águas do rio Piquiri f) três praças públicas muito freqüentadas principalmente por jovens e adolescentes durante os finais de semana g) a Secretaria Municipal de Educação que comporta uma biblioteca pública h) o calçadão da Igreja de São Francisco de Assis, local que desde 1996 abriga o evento cultural Semana de Artes, Cultura e Humanidades em homenagem ao coquista Chico Antônio, um dos informantes do escritor Mário de Andrade em janeiro de 1929.

CONCLUSÕES: AS MEMÓRIAS INDIVIDUAIS FORMAM DO TECIDO DA HISTÓRIA

Uma das analogias criadas por Maurice Halbwachs para descrever a memória coletiva é aquela em que ele descreve as ondas do mar quebrando-se em um litoral rochoso:

“A imagem que ele nos traz é a de que à medida que a maré sobre, as rochas ficam submersas, e à medida que desce, deixa em seu lugar apenas pequenos e esparsos lagos entre as formações rochosas. O mar avançando representa a memória viva, que em seu refluxo deixa pequenos lagos e rochas, ou seja, os lugares da memória, que moldam e contém o que restou da memória viva. Embora não deixasse de lado os pequenos lagos, foi inegavelmente com as grandes rochas que Halbwachs mais se preocupou. Halbwachs nos mostrou como um conjunto de marcas, objetos e fatos podem fazer parte e mesmo influenciar decisivamente nossas representações do passado” (HUTTON in SANTOS, 1998:9).

Ela indica que o passado é reconstituído de acordo com as tensões, normas e situações do presente, tempo ‘real’ sem que o acesso a ele seja dado pela percepção dos indivíduos no mundo: como saberia ele que de forma pioneira estava dando os primeiros passos no caminho do estudo historiográfico e que, posteriormente, se tornaria célebre para toda uma geração de historiadores franceses através de seu estudo sobre as mentalidades coletivas? Ao reconstruir a relação entre tempo e memória, Halbwachs partiu da afirmação de que a memória é coletiva, compreendendo que os indivíduos percebem o passado através das representações coletivas:

“Os indivíduos perceberiam o tempo à medida que o percebessem espacialmente, isto é, eles traduziriam experiências diretas em segmentos homogêneos do tempo o os alocariam em uma linha contínua para poderem localizá-la mais tarde” (SANTOS, 1998:5).

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva é uma lembrança compartilhada, completa de memórias individuais, pois a primeira testemunha somos nós mesmos. Apoiando-nos nos testemunhos dos outros e confrontando os vários depoimentos construímos socialmente o passado. Por isso não podemos nos apoiar somente nas nossas lembranças, mas também na dos outros só assim nossa confiança na exatidão da evocação “será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias” (HALBWACHS,

1990:25). A memória coletiva metamorfoseia-se em construção social do passado através dos relatos de indivíduos e de sua participação grupal, ou seja conformados a uma ‘comunidade afetiva’, tendo assim pontos de vista comuns entre seus membros:

“Não basta que eu tenha assistido ou participado de uma cena onde outros homens eram espectadores ou atores para que, mais tarde, quando eles a evocarem diante de mim, quando reconstituírem peça por peça a sua imagem em meu espírito, subitamente esta construção artificial se anime e tome a aparência de coisa viva, e a imagem se transforme em lembrança. Frequentemente, é verdade, tais imagens que nos são impostas pelo nosso meio, modificam a impressão que possamos ter guardado de um fato antigo, de uma pessoa outrora conhecida. Pode ser que essas imagens reproduzam mal o passado, e que o elemento ou a parcela de lembrança que se achava primeiramente em nosso espírito, seja sua expressão mais exata: para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias” (HALBWACHS, 1990:28).

Dessa maneira, quando os indivíduos já não sentem que querem pertencer a um grupo e dele se desloca ou o contato é interrompido, é porque já não há uma relação estreita em que as memórias são compartilhadas. Não há motivo para o espanto caso todas as memórias partilhadas pelo grupo se diluam ou mesmo se anulem, quando já não há interesse tudo nos afasta dele. Para que a nossa memória continue a interagir com a dos outros não basta que nos tragam seus depoimentos, porém é necessário que haja ainda pontos de vista em concordância e que estejam construídas sobre um fundamento comum:

“Que me importa que os outros ainda estejam dominados por um sentimento que eu experimentava com eles outrora, e que não experimento hoje mais? Não posso mais despertá-lo em mim, porque, há muito tempo, não há mais nada em comum entre meus antigos companheiros e eu. Não é culpa nem da minha memória nem da deles. Porém, uma memória mais ampla, que compreendia ao mesmo tempo a minha e a deles, desapareceu” (HALBWACHS, 1990:34).

À memória individual chama de ‘biográfica’ devido ao seu ponto de vista parcial, por outro lado à memória coletiva chama ‘histórica’ devido ao seu envolvimento com pontos de vista compartilhados pelos indivíduos, mas sem se confundir com eles. A memória individual não está fechada nem isolada, ela se remete à dos outros para se sustentar, assim como a memória coletiva apesar dos limites não serem os mesmos, é uma memória ‘emprestada’ que ocupa um tempo e espaço na história, não obrigatoriamente pertencente a quem recorda.

“No pensamento nacional, esses acontecimentos deixaram um traço profundo, não somente porque as instituições foram modificadas, mas porque a tradição nelas subsiste muito viva em tal ou qual região do grupo, partido político, província, classe profissional ou mesmo, em tal ou qual família; e em certos homens que delas conheceram pessoalmente as testemunhas. Para mim, são noções, símbolos; eles se apresentam a mim sob uma forma mais ou menos popular; posso imaginá-los, é-me quase impossível lembrá-los” (HALBWACHS, 1990:54).

A distinção entre a memória individual autobiográfica e a memória coletiva histórica se resume a amplidão da segunda sobre a primeira, ela representa o passado senão de forma mais resumida e esquemática, enquanto a memória de nossa vida forma um quadro que representa de forma mais contínua e densa. A história conserva reproduzindo a memória através dos acontecimentos e seus lugares:

“Nomes próprios, datas, fórmulas que resumem uma longa seqüência de detalhes, algumas vezes uma anedota ou uma citação: é o epitáfio dos acontecimentos de outrora, tão curto, geral e pobre de sentido como a maioria das inscrições que lemos sobre os túmulos. É que a história, com efeito, assemelha-se a um cemitério onde o espaço é medido e onde é preciso, a cada instante, achar lugar para novas sepulturas” (HALBWACHS, 1990:55).

Para Nora (1993), a ‘aceleração da história’ é a responsável pela oscilação cada vez mais rápida entre o passado, definitivamente morto, e uma percepção global de tudo o que está desaparecido, ou seja, o que rompe com o equilíbrio, aquilo que foi arrancado da tradição e do mutismo do costume, é a repetição do ancestral sob o impulso do histórico, mas com o sentimento

do fim, já não há mais memória. A curiosidade pelos lugares onde a memória se refugia cristalizada está ligada a um momento particular da história em que articulam-se a consciência da ruptura com o passado e o sentimento de uma memória esfacelada. “O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993:7).

Este fenômeno é o responsável por decretar o fim das sociedades-memória que asseguram a conservação e a transmissão dos valores a igreja, escola, família ou Estado, substituindo-as pelo modo de percepção histórica que, “com ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade” (NORA, 1993:8). A aceleração dita a distância entre a memória vivida socialmente e a história, que se aprofunda à medida em as pessoas se reconhecem como no dever de mudança nos tempos modernos chegando a um ‘ponto convulsivo’: o de consagrar lugares à memória.

“Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. Desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993:9).

¹ Possíveis descendentes de Affonso de Albuquerque Maranhão, homem de pouca instrução que nasceu no final do séc. XVIII. Ligado à política de Pernambuco, chegou a cumprir mandatos como Deputado em 1822 e de Senador da República entre agosto de 1826 e julho de 1836.

² Também conhecido como rio Salgado, é um dos mais importantes que banham a região. É chamado de Curimataú desde sua nascente na Serra da Borborema, na Paraíba, até sua entrada no Rio Grande do Norte, quando cruza o município de Nova Cruz, entrando no município de Pedro Velho e desaguando na barra do Cunhaú. A palavra deriva do termo tupi *cunhã-u* que significa ‘bebedouro’ ou ‘aguada das mulheres’, onde mulheres tomavam banho (CASCUDO, 1968:85 / OLIVEIRA, 2003:57).

³ O escritor português Henry Koster, em seu livro *Viagem ao Nordeste do Brasil*, publicado pela primeira vez em 1816, descreve seu aspecto e usos de seu fruto: “É uma planta rampante, nascendo espontaneamente em muitos lugares (...) Os cabaços são de grande uso doméstico. Cortam em dois, retiram a polpa, secam e este rústico vasilhame substitui a louça caseira; a água é conduzida nele e comumente o empregam como medidas. O diâmetro varia de seis polegadas a um pé e é quase sempre de forma oval. Inteiro chamam cabaça, e partidos, pela metade, cuias...” (KOSTER, 1978:160).

⁴ A Sociedade Libertadora Norte-riograndens foi fundada em 01 de janeiro de 1888 e defendia a causa abolicionista (MELO, 1976:27).

⁵ Pedro Velho de Albuquerque Maranhão foi eleito presidente do Estado do Rio Grande do Norte após a proclamação da república, em novembro de 1889. Na vida política cumpriu os mandatos nos períodos a seguir mencionados: Governador (1889 a 1890); Deputado Federal (1890 a 1893); Governador (1892 a 1896); Deputado Federal (1896); Senador (1897 a 1906); Senador (1906 a 1907).

⁶ O jornal começou a circular no dia 01 de julho de 1889, posteriormente Pedro Velho transferiria o jornal para o patrimônio do Estado, porém não há documentos indicando o quanto custou. “Essa transferência pode ter sido, a primeira corrupção no governo republicano no Rio Grande do Norte...” (LIMA, 1986:43).

⁷ Desde a criação do município de Cuitezeiras em 1890, após seu desmembramento do município de Canguaretama, passou para Vila Nova em setembro de 1902, desde então para município de Pedro Velho em 1908, e permanece desde cidade de Pedro Velho desde 1936.

* Deste trecho em diante, todos os nomes que aparecem sob aspas e indicados sob asterisco são fictícios. Utilizo-me de tal recurso literário para resguardar a identidade de alguns informantes que emitiram opiniões sob voto de confiança ou sigilo. Algumas entrevistas foram gentilmente cedidas, porém com ressalvas.

⁹ A noção de ‘história local’ é utilizada aqui como uma tributária da Antropologia e da História, pois é alimentada pelas mesmas forças intelectuais (BIERSACK in HUNT, 1995:97).

BIBLIOGRAFIA

- BOSI, Ecléa. 1979. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Ed. T.A. Queiroz.
- CASCUDO, Luís da Câmara. 1968. **Os nomes da terra: geografia, história e toponímia do Rio Grande do Norte**. Natal: Fundação José Augusto.
- CASCUDO, Luís da Câmara. 1977. **O livro das velhas figuras**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.
- CASCUDO, Luís da Câmara. 1998. **O tempo e eu: memórias**. Natal: Ed. UFRN.
- HALBWACHS, Maurice. 1990. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice.
- HUNT, Lynn. 1995. **A nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, p. 97-130: saber local, história local: Geertz e além.
- KOSTER, Henry. 1978. **Viagens ao nordeste do Brasil**, v. XVII, 2. ed. Recife: Secretaria de Educação e Cultura – Governo do Estado de Pernambuco – Departamento de Cultura.
- LIMA, José Ayrton de. 1986. **Da brejeira ao rabo de palha: uma história dos governos do Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa dos Jornalistas.
- MELO, Veríssimo de. 1976. **Calendário cultural e histórico do Rio Grande do Norte**. Natal: Conselho estadual de cultura.
- NIETHAMMER, Luiz. 1997. Conjuntura e identidade coletiva. In: **Revista ética e história oral: projeto História**. São Paulo, n. 15, abr.
- NORA, Pierre. 1993. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados em história e do Departamento da PUC-SP**. São Paulo, n.10, p.7-28.
- OLIVEIRA, L. A. de. **O martírio encenado: memória, narrativa e teatralização do passado no litoral sul do Rio Grande do Norte**. 2003. 136 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Cultural) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. 1998. Sobre a autonomia das novas identidades coletivas: alguns problemas teóricos. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**, out, v. 13, n. 38.

mneme revista de humanidades

Publicação do Departamento de História e Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó.

V. 05. N. 12, out./nov. de 2004. – Semestral

ISSN -1518-3394

Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme
